ISSN: 2358-8829

A CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO DE EDUCAÇÃO INFANTIL COM FORÇA MOTRIZ NA ARTE E NA NATUREZA: ESCUTA DAS CRIANÇAS E EXPERIÊNCIAS TERRITORIAIS EM BENEVIDES (PA)

Kelly Lene Lopes Calderaro [1]
Francilene Sodré da Silva [2]

1 INTRODUÇÃO

Pensar a construção de um currículo para a Educação Infantil a partir da Arte e da Natureza implica questionar concepções pedagógicas que historicamente reduziram a infância a uma etapa preparatória para a escolarização posterior. Significa reconhecer que as crianças possuem modos próprios de interpretar o mundo, produzir cultura, estabelecer relações, elaborar perguntas e construir conhecimentos por meio do corpo, da brincadeira, da imaginação, da investigação e das experiências cotidianas.

Nessa perspectiva, a Educação Infantil não pode ser compreendida apenas como espaço de transmissão de conteúdo ou de preparação para o Ensino Fundamental. Trata-se de uma etapa da Educação Básica com identidade própria, na qual as interações e as brincadeiras constituem eixos estruturantes das práticas pedagógicas. O currículo, portanto, precisa considerar as experiências concretas das crianças, seus interesses, suas linguagens, suas histórias e os contextos socioculturais em que estão inseridas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) definem a criança como sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e produz sentidos sobre a natureza e a sociedade (BRASIL, 2009). Essa concepção desloca a criança da posição de receptora passiva para a de participante ativa dos processos educativos.

Ao assumir essa compreensão, torna-se necessário interrogar: como construir um currículo para a Educação Infantil no município de Benevides, no Pará, que tenha a Arte e a Natureza como forças motrizes, reconhecendo a escuta das crianças e da comunidade

[1] Mestre em Artes da Universidade Federal do Pará - PA, kellycalderaro@hotmail.com;
[2] Mestre em Artes da Universidade Federal do Pará - PA, francisodre0@gmail.com

ISSN: 2358-8829

escolar como fundamentos da participação democrática e da valorização dos territórios amazônidas?

A questão não se limita à definição de atividades artísticas ou ambientais a serem incorporadas ao planejamento pedagógico. Ela envolve a discussão sobre os conhecimentos considerados legítimos no currículo, os sujeitos autorizados a participar de sua elaboração e as relações que as instituições educativas estabelecem com os territórios em que estão inseridas.

O município de Benevides constitui o contexto territorial a partir do qual essa reflexão se organiza. Situado na Região Metropolitana de Belém, no Pará, o município está inserido em uma realidade amazônica marcada por relações entre sociedade, cultura, natureza e urbanização. Essa condição territorial oferece possibilidades para pensar experiências educativas que articulem os espaços públicos, as paisagens, os quintais, as praças, os elementos naturais, as manifestações culturais e os saberes das comunidades. Tais possibilidades, entretanto, precisam ser investigadas e reconhecidas em sua diversidade, sem pressupor que todas as crianças vivenciem o território da mesma maneira.

O ponto de partida desta discussão é a experiência inicial do Projeto Arte, Criança e Cidade, que promoveu a escuta de crianças em praças públicas, reconhecendo esses espaços como territórios de convivência, expressão e produção de sentidos. Essa experiência permite problematizar as fronteiras entre escola e cidade e compreender que as aprendizagens infantis não se restringem aos espaços institucionalizados, pois se constituem também nas relações com os lugares, as pessoas e as experiências que atravessam o cotidiano.

A Arte, nesse contexto, é entendida como linguagem, experiência estética, produção cultural e possibilidade de interpretação crítica do mundo. A Natureza, por sua vez, não é concebida somente como recurso didático ou cenário para atividades, mas como dimensão constitutiva da vida, das relações humanas e das experiências infantis. A aproximação entre ambas amplia as possibilidades de exploração, criação, expressão e construção de conhecimentos.

O objetivo geral deste artigo é discutir os fundamentos teóricos, políticos e pedagógicos que podem orientar a construção de um currículo da Educação Infantil com força motriz na Arte e na Natureza em Benevides (PA), tomando a escuta das crianças e da comunidade escolar como princípio organizador.

ISSN: 2358-8829

Como objetivos específicos, busca-se: a) compreender o currículo como construção social, cultural, política e territorial; b) discutir as contribuições da Arte e da Natureza para a organização das experiências educativas na infância; c) analisar a escuta infantil como princípio ético, político e metodológico; d) refletir sobre o papel dos profissionais da Educação Infantil na construção curricular; e e) apresentar princípios e possibilidades para uma proposta curricular contextualizada, democrática e comprometida com os direitos das crianças.

A relevância do estudo está na possibilidade de contribuir para o debate sobre políticas e práticas curriculares que reconheçam as especificidades das infâncias amazônidas e fortaleçam a participação das crianças na construção dos projetos educativos. Defende-se, assim, que um currículo comprometido com a infância deve ser construído com as crianças, e não apenas para elas.

2 CURRÍCULO, INFÂNCIA E DISPUTAS DE CONHECIMENTO

2.1 O currículo como território político, cultural e social

O currículo não é uma organização neutra de conteúdos, objetivos e procedimentos. Ele expressa concepções de sociedade, de educação, de conhecimento e de sujeito. Suas escolhas revelam quais experiências são valorizadas, quais culturas recebem reconhecimento e quais formas de conhecer são privilegiadas nos processos educativos.

Arroyo (2013), ao discutir o currículo como território em disputa, evidencia que sua organização está relacionada a conflitos e negociações em torno dos conhecimentos, das identidades e dos direitos dos sujeitos. O currículo constitui, portanto, um campo político no qual diferentes grupos disputam o reconhecimento de suas experiências e a legitimidade de seus saberes.

Na Educação Infantil, essa compreensão implica questionar propostas pedagógicas excessivamente padronizadas, que desconsideram as particularidades territoriais e culturais das crianças. Embora os documentos nacionais estabeleçam direitos e princípios comuns, sua concretização exige interpretação contextualizada, diálogo com as comunidades e reflexão sobre as experiências vividas pelas crianças.

Um currículo territorializado não significa abandonar os conhecimentos científicos, artísticos e culturais sistematizados. Significa colocá-los em diálogo com os saberes locais, as experiências comunitárias e as perguntas formuladas pelas crianças.

ISSN: 2358-8829

Trata-se de construir relações entre diferentes formas de conhecimento, evitando tanto a desvalorização dos saberes populares quanto a redução do currículo a experiências espontâneas sem intencionalidade pedagógica.

No contexto de Benevides, essa discussão convida a reconhecer a pluralidade de experiências que compõem a vida das crianças. Os modos de brincar, os percursos cotidianos, as relações familiares, as memórias comunitárias, as manifestações culturais e as formas de convivência com os ambientes naturais podem constituir referências para a organização curricular, desde que identificados por meio de processos reais de escuta e investigação.

A territorialização curricular exige, portanto, mais do que inserir referências locais em atividades previamente planejadas. Ela requer que o território participe da formulação das perguntas, da escolha das experiências, da produção dos registros e da avaliação dos percursos pedagógicos.

2.2 As crianças como sujeitos históricos, sociais e produtores de cultura

Reconhecer as crianças como sujeitos de direitos exige superar concepções que as definem exclusivamente pela falta, pela incompletude ou pela necessidade de preparação para a vida adulta. A infância é uma experiência social e histórica plural, constituída em diferentes condições de vida, relações culturais e formas de participação.

As crianças produzem culturas ao inventar brincadeiras, atribuir significados aos objetos, construir narrativas, elaborar hipóteses, negociar regras, explorar ambientes e interpretar acontecimentos. Suas produções não são meras reproduções do mundo adulto, pois envolvem criação, reelaboração e transformação das experiências sociais.

As DCNEI orientam que as propostas pedagógicas considerem a criança como centro do planejamento curricular (BRASIL, 2009). Essa centralidade não significa atender indiscriminadamente a todos os desejos infantis, mas organizar condições para que suas manifestações, interesses, necessidades e formas de expressão sejam consideradas nas decisões pedagógicas.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reafirma essa perspectiva ao estabelecer seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se (BRASIL, 2018). Esses direitos apontam para uma concepção de currículo que integra as dimensões afetiva, corporal, estética, social, cognitiva e cultural da experiência infantil.

ISSN: 2358-8829

A participação das crianças, nesse sentido, não pode se limitar à escolha entre atividades definidas exclusivamente pelos adultos. Ela pressupõe a criação de situações em que possam formular perguntas, sugerir percursos, expressar preferências, comunicar incômodos e contribuir para as decisões relacionadas aos ambientes e às experiências educativas.

Uma criança que observa uma árvore, acompanha o movimento das folhas, recolhe um elemento natural caído no chão ou transforma uma experiência na praça em desenho está produzindo relações e significados. Cabe ao professor reconhecer essas manifestações, documentá-las e criar oportunidades para aprofundá-las, sem impor antecipadamente uma interpretação única.

Assim, a escuta infantil constitui uma dimensão indispensável da construção curricular, porque permite compreender o que as crianças percebem, imaginam, valorizam e interrogam sobre os espaços que habitam.

2.3 A epistemologia crítica e a democratização do conhecimento

A epistemologia crítica contribui para compreender o conhecimento como produção histórica e social, atravessada por relações de poder, disputas culturais e diferentes possibilidades de participação. Essa perspectiva questiona a ideia de que o currículo possa ser definido exclusivamente a partir de decisões técnicas, desconsiderando as experiências dos sujeitos envolvidos.

Freire (1996) defende uma prática educativa fundada no diálogo, na reflexão crítica e no reconhecimento dos educandos como sujeitos do processo de conhecimento. Sua contribuição permite compreender que ensinar não consiste em transferir informações, mas em criar condições para a produção e a construção compartilhada de conhecimentos.

Transposta para a Educação Infantil, essa perspectiva requer reconhecer as crianças como interlocutoras legítimas, respeitando suas formas próprias de comunicação e expressão. O diálogo com bebês e crianças pequenas, por exemplo, pode ocorrer por meio de gestos, movimentos, olhares, silêncios, vocalizações, brincadeiras, desenhos e escolhas corporais.

A escuta, nessa abordagem, não se reduz à coleta de opiniões. Ela pressupõe uma disposição ética para acolher o que as crianças expressam e considerar suas manifestações na reorganização dos contextos educativos.

ISSN: 2358-8829

Democratizar o conhecimento também significa ampliar as oportunidades de contato com diferentes produções artísticas, narrativas, culturas e formas de compreender o mundo. Não se trata de restringir as experiências infantis ao universo imediatamente conhecido, mas de estabelecer conexões entre o território vivido e outras referências culturais, garantindo o acesso a repertórios diversos.

O currículo fundamentado na epistemologia crítica articula, portanto, participação, intencionalidade pedagógica e ampliação cultural. Sua construção requer reconhecer as relações de poder presentes nas escolhas curriculares e promover condições para que diferentes vozes participem de sua elaboração.

3 ARTE E NATUREZA COMO FORÇAS MOTRIZES DO CURRÍCULO

3.1 A Arte como linguagem, experiência e produção de sentidos

A Arte ocupa lugar fundamental na Educação Infantil porque possibilita às crianças investigar materiais, experimentar movimentos, explorar sons, construir imagens, criar narrativas e comunicar percepções que nem sempre se expressam prioritariamente pela linguagem verbal.

Desenho, pintura, modelagem, música, dança, teatro, fotografia, brincadeiras dramáticas e outras linguagens artísticas não devem ser tratados apenas como recursos auxiliares para ensinar conteúdos de outras áreas. São experiências com valor próprio, capazes de ampliar a sensibilidade, a imaginação, a percepção estética e a compreensão crítica das relações sociais e culturais.

Barbosa (1995), ao discutir a abordagem triangular, destaca a importância de articular a produção artística, a leitura das imagens e a contextualização cultural. Embora essa abordagem não deva ser convertida em uma sequência rígida para crianças pequenas, suas contribuições permitem pensar experiências que envolvam criação, apreciação e diálogo com diferentes manifestações artísticas.

Na Educação Infantil, essa articulação pode ocorrer quando as crianças observam uma obra, conversam sobre o que percebem, exploram diferentes materiais e produzem suas próprias composições. O professor não precisa conduzir todas as crianças a um resultado visual idêntico. Seu papel é oferecer condições, repertórios, materiais e provocações que ampliem as possibilidades de criação.

A Arte também permite questionar padrões estéticos e valorizar produções diversas. Desenhos, gestos, sons, narrativas e construções infantis não devem ser

avaliados apenas por sua semelhança com modelos adultos ou pela habilidade de reproduzir formas previamente determinadas.

Em um currículo orientado pela Arte, o processo criativo tem relevância central. A experimentação, a escolha dos materiais, as tentativas, as mudanças de percurso e os sentidos atribuídos pelas crianças às próprias produções integram a aprendizagem.

A aproximação entre Arte e território amplia esse potencial. Praças, ruas, fachadas, mercados, paisagens, manifestações culturais e memórias comunitárias podem inspirar experiências de observação, registro, criação e interpretação. O território passa a ser percebido não apenas como espaço físico, mas como lugar de histórias, relações, conflitos, afetos e possibilidades de transformação.

3.2 A Natureza e o desemparedamento das infâncias

A relação entre infância e Natureza constitui outra dimensão fundamental da proposta curricular. O contato com ambientes naturais oferece oportunidades para o movimento corporal, a investigação, a imaginação, a brincadeira livre e a construção de vínculos de cuidado com outras formas de vida.

Tiriba (2018) problematiza o afastamento das crianças dos ambientes naturais e critica práticas educativas marcadas pelo excesso de permanência em espaços fechados, pelo controle dos corpos e pela limitação das experiências de exploração. Sua reflexão contribui para compreender o desemparedamento como uma transformação das condições de vida e aprendizagem das crianças.

Desemparedar não significa simplesmente transferir atividades da sala para o pátio. Trata-se de repensar a organização dos tempos, dos espaços e das relações pedagógicas, assegurando oportunidades regulares de contato com a Natureza, movimento, brincadeira e investigação.

Essa perspectiva também exige superar uma compreensão utilitarista dos ambientes naturais. Folhas, sementes, água, terra, pedras, sombras, sons e mudanças climáticas não precisam ser reduzidos a materiais para a produção de trabalhos escolares. Eles podem constituir elementos de experiências sensoriais, investigações e relações de cuidado.

Uma criança que acompanha o crescimento de uma planta, observa pequenos animais, compara texturas, percebe a mudança da luz ao longo do dia ou investiga o percurso da água está construindo conhecimentos por meio da experiência. A mediação

ISSN: 2358-8829

pedagógica pode ampliar essas descobertas, introduzindo perguntas, registros, narrativas, desenhos, pesquisas e conversas.

O desemparedamento implica, ainda, reconhecer que o acesso à Natureza é uma questão de direito e de justiça socioambiental. As oportunidades de brincar ao ar livre e frequentar ambientes verdes não estão igualmente distribuídas entre todos os territórios e grupos sociais. Por isso, a organização curricular precisa considerar as condições concretas de cada instituição, suas áreas externas, os espaços públicos próximos e as barreiras que limitam a circulação das crianças.

Em Benevides, a elaboração de experiências relacionadas à Natureza deve partir de um levantamento das condições ambientais e territoriais efetivamente vivenciadas pelas comunidades. Praças, jardins, quintais, áreas arborizadas e outros ambientes podem integrar os percursos educativos quando houver condições adequadas de acesso, segurança e acompanhamento.

A Natureza, assim, deixa de ocupar uma posição periférica no currículo e passa a orientar modos de perceber, investigar e habitar o mundo.

3.3 A integração entre Arte, Natureza e experiência infantil

A articulação entre Arte e Natureza não deve constituir um projeto temático isolado ou uma atividade comemorativa. Ela pode funcionar como princípio organizador das experiências curriculares, conectando linguagens artísticas, brincadeiras, investigação, convivência e participação.

Essa integração permite que as crianças observem o ambiente, formulem questões, experimentem materiais, produzam registros e compartilhem interpretações. O percurso pedagógico emerge da relação entre as manifestações infantis, a intencionalidade docente e as possibilidades oferecidas pelo território.

Uma caminhada investigativa, por exemplo, pode desencadear diferentes experiências: observar formas e cores, perceber sons, identificar sombras, produzir desenhos, criar movimentos corporais, inventar narrativas e conversar sobre os cuidados necessários à preservação dos espaços compartilhados.

O objetivo não é transformar toda experiência natural em uma produção artística, nem subordinar a Arte a uma finalidade ambiental. A integração deve preservar a especificidade das diferentes linguagens e permitir que as crianças estabeleçam conexões próprias entre suas experiências.

ISSN: 2358-8829

Também é importante considerar questões éticas e ambientais na seleção dos materiais. A utilização de elementos naturais deve respeitar os seres vivos, evitar a retirada desnecessária de plantas e animais e favorecer o uso de materiais encontrados no chão ou disponibilizados de maneira responsável.

A proposta curricular pode, desse modo, articular três dimensões complementares: a experiência sensível, a investigação do mundo e a produção cultural. Essa articulação favorece aprendizagens significativas sem fragmentar artificialmente a experiência infantil em disciplinas ou tarefas desconectadas.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

4.1 Abordagem e natureza da investigação

Para aprofundar a discussão e subsidiar a construção curricular em Benevides (PA), propõe-se uma investigação de abordagem qualitativa, de caráter participativo e colaborativo, orientada pela compreensão de que os fenômenos educativos precisam ser analisados em seus contextos sociais, culturais e institucionais.

A pesquisa qualitativa mostra-se pertinente porque permite investigar significados, experiências, relações e práticas que não podem ser compreendidos apenas por indicadores quantitativos. Seu foco recai sobre os sentidos produzidos pelos sujeitos e sobre os processos por meio dos quais as experiências educativas são organizadas e interpretadas.

O caráter participativo decorre do reconhecimento de crianças, profissionais da educação e comunidade escolar como interlocutores da investigação. A dimensão colaborativa, por sua vez, pressupõe a construção compartilhada de questões, a reflexão sobre as práticas e a elaboração coletiva de possibilidades curriculares.

A proposta articula pesquisa bibliográfica, análise documental e investigação de campo. A pesquisa bibliográfica contempla estudos sobre currículo, infância, Arte, Natureza, escuta infantil e participação. A análise documental abrange os marcos normativos nacionais da Educação Infantil e os documentos curriculares e pedagógicos municipais que venham a ser disponibilizados para estudo.

A investigação de campo deverá ocorrer em instituições de Educação Infantil e em espaços comunitários selecionados conforme critérios de relevância territorial, viabilidade e participação dos sujeitos envolvidos. A definição das instituições, dos

ISSN: 2358-8829

participantes, do período e das etapas de coleta deverá ser realizada antes da execução da pesquisa.

4.2 Contexto e participantes

O contexto territorial da investigação é o município de Benevides, no estado do Pará, considerando as relações entre as instituições de Educação Infantil, os espaços públicos e as experiências das crianças em seus territórios de vida.

Os participantes previstos incluem crianças matriculadas nas instituições selecionadas, professores, gestores, demais profissionais da educação e familiares, podendo envolver outros representantes comunitários de acordo com os objetivos e as condições da investigação.

A seleção dos participantes deverá considerar a diversidade de experiências infantis e as características dos contextos educativos. Não se pretende construir uma representação homogênea das crianças do município, mas compreender diferentes perspectivas sobre as relações entre currículo, Arte, Natureza e território.

A participação deverá ocorrer de forma voluntária, com informações claras sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa. No caso das crianças, será indispensável respeitar suas formas de expressão, seu direito de não participar de determinada atividade e os cuidados éticos relativos à autorização dos responsáveis e ao assentimento infantil, quando aplicável.

4.3 Procedimentos de produção dos dados

A produção dos dados poderá ser organizada em cinco movimentos articulados.

O primeiro consiste no levantamento bibliográfico e documental. Essa etapa permitirá identificar fundamentos teóricos e normativos para a discussão curricular, bem como analisar os documentos municipais disponíveis e reconhecer aproximações e lacunas em relação à proposta.

O segundo movimento corresponde à realização de rodas de conversa com profissionais da educação e familiares. Esses encontros poderão abordar concepções de infância, experiências com Arte e Natureza, relações entre escola e território, condições dos espaços educativos e desafios da participação infantil.

O terceiro movimento compreende a escuta das crianças por meio de estratégias diversificadas, como conversas, desenhos, brincadeiras, caminhadas investigativas, observação de interações e exploração de materiais. A escolha das estratégias deverá respeitar as características de cada grupo e as condições de acessibilidade.

ISSN: 2358-8829

O quarto movimento envolve a observação das práticas pedagógicas e dos espaços utilizados pelas crianças. Serão considerados aspectos como organização dos ambientes, disponibilidade de materiais, oportunidades de brincar ao ar livre, experiências artísticas, relações entre adultos e crianças e formas de participação nas decisões.

O quinto movimento prevê encontros colaborativos para discutir os registros produzidos e elaborar princípios orientadores para a proposta curricular. Esses encontros poderão reunir profissionais, gestores e representantes da comunidade, incorporando as manifestações infantis documentadas durante a investigação.

Os procedimentos não devem ser compreendidos como etapas rígidas. A abordagem participativa pressupõe que novas perguntas possam emergir durante o trabalho e que os instrumentos sejam ajustados de acordo com as necessidades observadas.

4.4 Organização e análise dos dados

Os materiais produzidos poderão ser organizados em um conjunto de registros escritos, narrativas, desenhos, documentos institucionais, fotografias autorizadas e anotações de observação.

A análise será realizada de forma interpretativa, buscando identificar recorrências, diferenças, tensões e possibilidades relacionadas aos objetivos da investigação. Como eixos iniciais, propõem-se: concepções de currículo e infância; experiências com Arte; relações com a Natureza; participação e escuta infantil; territorialidade; formação docente; e condições institucionais para a implementação curricular.

Esses eixos funcionarão como orientadores iniciais, podendo ser revistos conforme os dados efetivamente produzidos. A análise deverá preservar a diversidade das manifestações e evitar a descontextualização de falas, desenhos ou comportamentos.

A triangulação entre documentos, observações e manifestações dos participantes poderá contribuir para aprofundar a interpretação dos dados. As análises também deverão considerar as condições em que os registros foram produzidos e os limites das interpretações realizadas pelos pesquisadores.

A elaboração da proposta curricular deverá resultar de um processo de diálogo entre os fundamentos teóricos, os documentos normativos, as experiências observadas e as contribuições dos participantes, sem pressupor que exista uma única solução válida para todas as instituições.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

ISSN: 2358-8829

A discussão desenvolvida neste artigo permite compreender que a construção de um currículo para a Educação Infantil com força motriz na Arte e na Natureza constitui um processo político, pedagógico, cultural e territorial. Não se trata apenas de acrescentar atividades artísticas ou ambientais ao planejamento, mas de reorganizar as concepções de infância, conhecimento, participação e aprendizagem que orientam a vida das instituições educativas.

A reflexão evidencia a importância de compreender o currículo como território em disputa, conforme a contribuição de Arroyo, e de reconhecer o diálogo e a valorização dos saberes dos sujeitos como fundamentos da prática educativa, em consonância com Freire. As contribuições de Barbosa permitem valorizar a Arte como linguagem e produção de conhecimento, enquanto Tiriba oferece referências para problematizar o afastamento das crianças da Natureza e defender o desemparedamento das infâncias.

Em articulação com as DCNEI e a BNCC, essas perspectivas sustentam a necessidade de organizar experiências que assegurem os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, valorizem as brincadeiras e as interações e reconheçam as múltiplas linguagens infantis.

No contexto de Benevides (PA), a proposta de um currículo territorializado demanda investigar como as crianças vivem a cidade, quais relações estabelecem com os ambientes naturais, que experiências culturais integram seu cotidiano e quais condições institucionais favorecem ou limitam sua participação. A experiência inicial do Projeto Arte, Criança e Cidade oferece um ponto de partida para essa reflexão ao situar a escuta infantil em espaços públicos e ampliar a compreensão da cidade como território de convivência, expressão e produção de sentidos.

Entretanto, a efetiva construção de uma proposta curricular municipal exige continuidade investigativa, participação da comunidade escolar, análise dos documentos locais e envolvimento dos profissionais responsáveis pela organização das práticas pedagógicas. Os princípios apresentados neste artigo devem, portanto, ser compreendidos como orientações para um processo coletivo de construção e não como resultados empíricos já consolidados.

A escuta das crianças emerge como princípio ético, político e metodológico indispensável. Escutar implica reconhecer suas formas de expressão, considerar suas manifestações nas decisões pedagógicas e garantir condições para que participem da construção dos ambientes e das experiências que compõem sua vida cotidiana.

Do mesmo modo, a Arte e a Natureza precisam ocupar uma posição estruturante no currículo, favorecendo experiências de criação, investigação, sensibilidade, brincadeira e pertencimento. O desemparedamento, nessa perspectiva, não representa apenas uma mudança espacial, mas uma transformação das relações pedagógicas e das oportunidades de viver a infância com liberdade, segurança e contato com outras formas de vida.

A formação continuada dos profissionais, a valorização dos saberes territoriais e a participação democrática da comunidade constituem condições para a continuidade dessa transformação. Cabe à gestão educacional garantir os meios institucionais necessários para que tais princípios se traduzam em práticas regulares, acessíveis e coerentes com os direitos das crianças.

Conclui-se, em caráter propositivo, que um currículo de Educação Infantil fundamentado na Arte e na Natureza pode contribuir para fortalecer uma educação democrática, sensível às diferenças e comprometida com a diversidade das infâncias amazônidas. Sua construção requer reconhecer as crianças não apenas como destinatárias das políticas educacionais, mas como sujeitos que participam da produção dos conhecimentos, dos espaços e das relações que constituem a vida coletiva.

Em última instância, construir esse currículo significa assumir que a escola não está separada do território, que a Natureza não é apenas um recurso pedagógico, que a Arte não é um complemento do ensino e que a infância não pode ser reduzida à preparação para o futuro. Significa afirmar o direito das crianças de viver o presente, criar, brincar, investigar, participar e produzir sentidos sobre o mundo que habitam.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BARBOSA, Ana Mae. Arte-educação pós-colonialista no Brasil: aprendizagem triangular. **Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 2, p. 59-64, 1995. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v0i2p59-64.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: CNE/CEB, 2009.

ISSN: 2358-8829

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

TIRIBA, Léa. **Educação infantil como direito e alegria: em busca de pedagogias ecológicas, populares e libertárias**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.